

Poder no parlamento está dividido em três segmentos principais

BRASÍLIA — Segundo os parlamentares que integram a elite do Congresso, ela está dividida em três segmentos:

Institucional — os que exercem poder em função dos cargos que ocupam: os Presidente e membros das Mesas da Câmara e do Senado, os líderes partidários e presidentes de comissões técnicas permanentes e comissões mistas.

Setorial — são os especialistas em matérias como educação, saúde, política salarial, legislação eleitoral, tributária e trabalhistas. Nada passa pelo Congresso sem que eles sejam ouvidos. Mas a sua participação se engota aí. Quando a matéria passa a ser polêmica e necessita negociação, eles são ouvidos como consultores, mas a palavra final cabe ao grupo que detém o poder de decisão. Coin-

cidentemente, alguns parlamentares que integram a elite setorial participam do grupo de decisão — como César Maia (PDT-RJ), especialista da área econômica, e Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS), representante do setor empresarial, considerado um grande negociador. Há representantes desse setor que, devido a repercussão da matéria dentro do grupo de decisão, às vezes nem aparecem. Pertencem a esse grupo setorial, entre outros, os Deputados Ney Lopes (legislação eleitoral), Geraldo Alkmim (saúde e previdência), José Luiz Maia, Cid Carvalho Francisco Dornelles, Roberto Campos, Luiz Salomão, Delfim Netto, José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (nas áreas de tributação, orçamento, finanças e dívida externa); Fábio Feldman (ecologia); Tidei de Lima (política salarial), Ubiratan

Aguiar e Hélio Rosas (funcionalismo público e educação).

Individual — os que realmente decidem e que podem, coincidentemente, pertencer às duas categorias anteriores, mas exercem influência em função de uma liderança individual e do poder de negociação e convencimento. Este é o núcleo da elite. Seus principais representantes são Roberto Freire (PCB-PE), Nelson Jobim (PMDB-RS), César Maia (PDT-RJ), Gastone Righi (PTB-SP), Amaral Netto (PDS-RJ), José Genoino (PT-SP), José Serra (PSDB-SP), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Delfim Netto (PDS-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Antônio Britto (PMDB-RS), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), Miro Teixeira (PDT-RJ), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Mário Covas (PSDB-SP), Roberto

Campos (PDS- RJ), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Marco Maciel (PFL-PE) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Existem duas outras categorias que dão suporte ao grupo principal da elite — a que detém o poder de decisão — e que são ouvidas como consultoras das decisões. A primeira delas é muito restrita e é rotulada pelo Deputado José Genoino de "suprapoder". Teoricamente, ela teria apenas dois integrantes: o Presidente do Senado, Nelson Carneiro, e o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães. A segunda, é constituída de porta-vozes de liderança extra-parlamentares, principalmente os Governadores. Essa categoria é o termômetro que afere a reação dos que, do lado de fora do Congresso,

são pressionados pela população e, em função dela, pressionam os parlamentares sobre os quais exercem influência. A consulta aos porta-vozes é importante porque, em último caso, é com o apoio deles que a elite consegue o que mais precisa: votos. São eles: Tidei de Lima e agora também Alberto Goldman (Orestes Quêrcia), Luiz Eduardo Magalhães (Antônio Carlos Magalhães), Eduardo Siqueira Campos (Siqueira Campos), Bocaiúva Cunha (Leonel Brizola), João Natal (Iris Rezende), Domingos Juvenil (Jáder Barbalho). Nessa categoria, devem-se incluir agora os novos como Luiz Piauilio (Miguel Arraes, mesmo tendo sido eleito Deputado, Arraes deverá ter uma atuação discreta, semelhante a que teve em 1982, valendo-se, como é do seu estilo, de porta-vozes) e Paulo Octávio (Presidente Collor).